

CNBB rebate hoje denúncias no Congresso

“Exploração Mineral em Terras Indígenas” é o tema do debate que será realizado hoje, a partir das 10 horas, na sala da Comissão de Finanças do Senado Federal. A promoção é do senador Severo Gomes, presidente da Fundação Pedroso Horta e interessado em esclarecer a campanha que vem sendo desenvolvida pelo jornal O Estado de S. Paulo e que, segundo ele, pode ter deixado algumas dúvidas junto aos Constituintes, com relação à atuação da Igreja, de um lado e, de outro, de “grupos que sempre foram entreguistas e hoje estão se colocando numa forma de nacionalismo exacerbado”.

Para fazer a exposição principal, o senador Severo Gomes convidou o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, e para o debate foram convidados todos os partidos políticos, através de suas lideranças, e confirmadas presenças de representantes de entidades ligadas à área como a Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage), Associação Brasileira de An-

tropologia (ABA), União das Nações Indígenas (UNI), Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e do reitor da Universidade de Brasília (UnB), Cristóvam Buarque.

O problema da mineração em terras indígenas, para o senador Severo Gomes, é uma das questões mais polêmicas da Constituinte. Ele reconhece que existem hoje dois grandes grupos de parlamentares: um a favor de que a extração de minerais em terras indígenas só possa ser feita por empresas estatais, “que tenham obrigação de realizar também uma política indigenista”; e outro grupo que defende o contrário. O senador disse que no início da “campanha jornalística”, que “levantou calúnias” sobre o trabalho desenvolvido pela Igreja e suas propostas à Constituinte, surgiram muitas dúvidas, “pois chegou-se a imaginar que elas tinham alguma base”. Mas, segundo ele, a falta de provas e a própria ideologia de dom Luciano ao Congresso deve eliminar de uma vez por todas quaisquer dúvidas.

Constituintes dão apoio à greve geral

A Assembleia Nacional Constituinte não vai parar de trabalhar hoje, mas na sessão de ontem registrou o apoio de vários parlamentares à greve geral. Contra o arrocho salarial e a favor de uma nova forma de tratamento da dívida externa brasileira se uniram o PT, o PC do B, o PMDB e o PDS, estabelecendo da tribuna a ligação entre o propósito da greve e a função da Constituinte de estabelecer na nova Carta as transformações que a sociedade pede. “Esta é uma mobilização em defesa de novas perspectivas para o País”, enfatizou o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), ao manifestar o apoio do Movimento Unidade Progressista à paralisação dos trabalhadores.

— Esta “manifestação legítima, justa, correta e conveniente”, como qualificou o deputado José Genoino (PT/SP), foi apoiada da tribuna, ainda, pelo seu companheiro de partido Olívio Dutra (RS), Paulo Ramos (PMDB/RJ), Haroldo Lima (PC do B/BA), Ademir Andrade (PMDB/PA), César Cals Neto (PDS/CE), Edmilson Valentim (PC do B/RJ) e Nelson Friedrich (PMDB/PR). A segurança dos grevistas foi enfocada pelos constituintes, diante da expectativa das providências que o ministro da Justiça Paulo Brossard, possa tomar.

Olívio Dutra foi o primeiro a se manifestar sobre a responsabilidade da Constituinte atender às necessidades de transformações da sociedade. “Esta greve geral contra a política econômica do Governo tem ligação direta com os traba-

lhos da Assembleia, porque nós trabalhadores queremos promulgar uma Constituição democrática e progressista; queremos um tratamento da dívida externa diferente do que vem sendo adotado”, argumentou. O deputado Haroldo Lima qualificou a paralisação de “justa e necessária” e representativa do “esforço dos trabalhadores de interferir nos rumos do País”. Reconheceu, no entanto, a dificuldade de realização da greve, “pois por muitos anos a classe trabalhadora esteve impedida de se organizar”.

CÂMARA NORMAL

O deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) pediu a palavra durante a sessão de ontem para questionar à Mesa sobre o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte hoje e como funcionariam os trabalhos se os funcionários da Câmara participarem da greve. O 2º vice-presidente Jorge Arbage, que presidia a sessão, esclareceu que a paralisação dos servidores da Câmara era um problema da Câmara e garantiu que a Constituinte teria funcionamento normal.

No final da tarde, depois de despachar com o diretor-geral da Câmara dos Deputados, Ademar Sabino, o deputado Homero Santos (PFL/MG), 1º vice-presidente da Mesa da Câmara, garantiu que não houve qualquer tipo de manifestação pró-greva entre os funcionários da Casa e que hoje o trabalho seria normal.

(Na página 11, o noticiário da greve geral)

Carta é tema de Leônidas com generais

Cerca de 40 oficiais-generais da reserva, residentes em Brasília, almoçaram ontem com o ministro Leônidas Pires Gonçalves e os generais da ativa comissionados em Brasília. Durante o almoço, o ministro falou aos presentes sobre suas preocupações em relação aos rumos que toma a elaboração da Carta Magna do país, principalmente na parte relativa a temas militares como o projeto de anistia aos punidos que desejam retornar ao serviço ativo com indenização financeira e promoções a que teriam direito, como se no serviço ativo permanecessem.

O almoço dos generais, que contou com a presença de militares da reserva com assento na Constituinte, tendo à frente o senador Jarbas Passarinho, foi uma confraternização entre oficiais-generais da ativa e militares da reserva, como parte da programação de abertura da Semana do Exército. Amanhã, a partir das 20h25, em cadeia nacional de rádio e televisão, o ministro Leônidas Pires falará ao País sobre a Semana do Exército, enfocando temas políticos da atualidade, de interesse do Exército.

“Marajá” vai defender o desarmamento

Curiosa coincidência: as emendas populares 43 e 44, ora tramitando na Assembleia Nacional Constituinte, tratam respectivamente do “desarmamento nuclear” e da “proteção ao consumidor”. Até aí nada demais. Acontece que em defesa da primeira, falará em plenário o físico José Goldemberg, apontado pelo governo paulista como um de seus “marajás”, remunerado com um Cz\$ 318 mil mensais. Na qualidade de reitor da Universidade de São Paulo já lhe tem sido difícil explicar porque recebe o equivalente a quase 160 professores primários — número superior ao do magistério de muitos municípios do seu Estado. No entanto, será quase impossível justificar-se com os defensores da emenda de “proteção ao consumidor” — que falarão logo em seguida, na mesma sessão — pois este é que desembolsa, também contribuinte, o polpudo salário que lhe é pago; principalmente ao saber-se que em vez de cuidar do ensino universitário, está tralando da guerra nas estrelas.

Briga acaba com sessão na Câmara do Rio

Rio — A sessão de hoje da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro foi suspensa por causa de uma briga entre dois vereadores. Durante um discurso, Maurício Azeido, do PDT, agrediu moralmente seu colega Márcio Guimarães, que hoje se desligou do partido de Leonel Brizola.

Maurício Azeido atacou o outro parlamentar do alto da tribuna devido à saída do partido. Disse que Márcio Guimarães era “cachorrinho do executivo” e que estava naquela casa sem ter sido eleito pelo povo.

Márcio esperou que Azeido descesse da tribuna, foi até ele e o derrubou ao chão, dando-lhe uma verdadeira surra, com muitos socos e pontapés.

JULIO ALCANTARA



EUGENIO NOVAES



No Planalto, Caiado disse que o trabalho do Inbra é “ideológico”, no Congresso, manteve encontro descontraído com Richa

Caiado protesta no Planalto

Ele rejeita a reforma agrária com imissão automática

O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, foi ontem ao ministério-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto — e depois ao Congresso Nacional — protestar contra a emenda constitucional que obriga a “imissão imediata de posse”, para agilizar a reforma agrária. Caiado estava acompanhado de representantes de 19 estados. “A imissão imediata é um cavalo de Troia”, desabafou Caiado.

Para o presidente da UDR, a medida é uma guilhotina no “pescoco do produtor”, porque impede o produtor rural de reaver a sua propriedade, “porque nossas propriedades não estão para ser negociadas com o Inbra ou com o Mirad”. Couto afirmou que somente o presidente José Sarney, que se encontra em visita oficial ao México,

tem o poder de desapropriação, mas ele já recebe o projeto montado.

Caiado não economizou as críticas contra os funcionários do Inbra, colocando em dúvida o trabalho dos técnicos, que desapropriam as terras levando em consideração as suas “posições ideológicas”, disse, para acrescentar que os processos são feitos de maneira tendenciosa. Para ele, os técnicos possuem uma posição “marxista retrógrada”, e comentou que se eles copiassem pelo menos o modelo praticado pelo atual primeiro-ministro da Rússia, Mikhail Gorbachev, que defende a livre iniciativa, não estariam fazendo propostas absurdas.

Caiado disse que no próximo dia 1º de setembro será divulgado o projeto de reforma agrária da UDR, depois da audiência com o

ministro da Reforma e de Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire. Ele adiantou que a reforma deve começar pelas terras do Governo e do Inbra. Por outro lado, ele acha que deve ser colocado um quadro técnico capacitado, pois o atual não entende do assunto.

O projeto da UDR é tirar a ideologia do Inbra — disse Caiado, justificando que o produtor rural tem o direito de defender suas terras na justiça. “Todo cidadão tem o direito de defesa”, por isso a Constituinte deve ser moderna.

Antes de deixar o Palácio do Planalto, Caiado teve uma discussão com o jurista Miguel Reale Júnior, sobre a reforma agrária. Os dois discutiram mais o preceito legal de desapropriação, mas chamou a atenção dos parlamentares e populares que chegavam no prédio.

UDR busca apoio na Constituinte

A UDR vai intensificar nos próximos dias contatos e conversas com os constituintes, de forma a obter apoio para a derrubada de dispositivo permitindo a imissão de posse de terra. Os ruralistas se insurgem contra a proposta e colocaram desde segunda-feira, 15 de seus integrantes nos corredores e gabinetes do Congresso, procurando os parlamentares. Ontem, o presidente da entidade, Ronaldo Caiado, conversou com pelo menos cinco parlamentares de diversos partidos, além do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, com quem esteve pela manhã.

Sempre sorridente e loquaz, Caiado passou pelo Congresso e, seguido por vários fotógrafos, aproveitou para posar ao lado do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), no Salão Verde da Câmara. Cardoso Alves tem sido um dos constituintes que mais tem se identificado com a causa dos ruralistas. O dirigente da UDR conversou rapidamente com o parlamentar paulista sobre a imissão de posse. Diante da confirmação de que Cardoso Alves também é contra o dispositivo, seguiu satisfeito para o gabinete do senador José

Richa (PMDB-PR). Caiado havia conversado anteriormente com os deputados Konder Reis (PDS-SC), Rosa Prata (PMDB-MG), Virgílio Galassi (PDS-MG) e Delfim Netto (PDS-SP).

Durante mais de uma hora Caiado tentou convencer o senador do Paraná a apoiar a derrubada do dispositivo da imissão de posse, explicando que o restante do texto do anteprojeto, no que toca à reforma agrária é aceitável para a entidade. “Imissão imediata corresponde ao produtor o que o A1-5 foi para a classe política” — explicou o ruralista. Logo ao chegar ao gabinete de Richa, Caiado foi cumprimentado pelo senador que lhe indicou um lugar à mesa, atrás do qual existe uma grande fotografia do porto de Paranaguá. “Senta aqui porque você vai ter como fundo a foto de Paranaguá, o maior porto de exportação de alimentos do País” — saudou José Richa. “E, só que com o nova política agrícola virou importador” — pilheriou o ruralista, ante os risos do senador e dos que estavam na sala.

Richa aproveitou a conversa para tentar obter do dirigente da

URD uma cópia da proposta de reforma agrária que a entidade apresentará no dia 1º de setembro ao ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire. Entretanto, o ruralista afirmou que preferia, devido a compromisso assumido anteriormente, entregar o projeto primeiro a Freire. Todavia prometeu enviar logo pudesse uma cópia ao senador paranaense. Caiado e José Richa conversaram também sobre a política agrícola do Governo e as últimas decisões adotadas esta semana, que forma tachadas de “desastre” para o agricultor pelo presidente da UDR.

Em meio à conversa entre Richa e Caiado, surgiu na ante-sala do gabinete do senador paranaense, o líder peemedebista na Constituinte, senador Mário Covas, que ia entrando, mas foi alertado pelos funcionários da presença do dirigente ruralista. Cauteloso, Covas pediu à secretária que entreabrisse a porta e, curvado, olhou pela fresta a reunião. Indagado se ia entrar na sala ele respondeu: “Eu não. Não vou conspurcar o ambiente. Afinal de contas sou comunista. Ele não percorreu o País inteiro dizendo que sou comunista?”

Reforma tem nova alternativa

A fixação de uma punição para o Inbra como órgão do Poder Público, no caso de desapropriações injustas, através do pagamento ao proprietário de uma indenização em dinheiro e a preço de mercado, foi a nova alternativa surgida ontem das discussões travadas pelos relatores adjuntos e o relator Bernardo Cabral, para a definição da complicada questão imissão de posse e Reforma Agrária no novo texto de concreto, ficou acertado que cairá a Justiça Agrária, ficando para a Justiça Federal e Comum a competência de dirimir os conflitos fundiários em todo País.

A proposta que está sendo trabalhada pelos relatores e que deverá constar do substitutivo para resolver a polêmica questão da imissão imediata de posse, foi apresentada pelo jurista José Afonso, assessor do senador Mário Covas e professor da Universidade de São Paulo.

De acordo com a nova fórmula o Poder Público — Inbra — baixará o ato de desapropriação no qual descreverá a propriedade, provando a infrigência ou violação pelo proprietário das regras disciplinadoras da função social da propriedade. A partir daí o Inbra, juntando ao ato de desap-

priação os documentos comprovantes da violação, requererá ao juiz federal a imissão da posse e a transferência do domínio.

O juiz terá 30 dias a contar do recebimento da petição inicial do Inbra para decidir, concedendo a medida liminar. Se o juiz não despachar neste prazo, a administração pública ficará com o direito à transferência automática do domínio. Isto equivaleria a dizer que o domínio seria uma resultante do ato de desapropriação mais a omissão do Judiciário, que é igual à transferência da propriedade para o Inbra. “Isto significa uma espécie de decurso de prazo. O que nunca se viu no Judiciário, só no Legislativo”, observou um dos relatores.

Ao final deste processo, o proprietário só poderá recorrer contra a desapropriação, para ver se receberá da União em dinheiro e qual vai ser o preço. Em hipótese alguma o processo poderá girar sobre a devolução da posse. Se ficar comprovado que a desapropriação foi injusta por perseguição, por exemplo — a punição do Poder Público será pagar a propriedade em dinheiro, a preço de mercado, e não em títulos da Dívida Agrária, o que poderia ser pago ao longo de 20 anos.

Para recorrer, o proprietário deve esperar os 30 dias fixados para a transferência do domínio. A partir daí, pode contestar a desapropriação, com a abertura de uma fase de instrução para apresentação de provas e realização de perícias.

JUSTIÇA AGRÁRIA

O principal motivo que levou os relatores a optarem pela extinção da Justiça Agrária foram os altos custos que teriam de ser destinados para sua implantação. A saída será a reestruturação da Justiça Federal e Comum para acumular a competência de processar e julgar:

— Causas originadas de discriminação e titulação de terras, incluindo as devolutas do município, Estado e União.

— Questões fundiárias decorrentes de desapropriação por interesse social ou para reforma agrária.

— Questões relativas às terras indígenas, ficando excluídos os dissídios trabalhistas quando envolverem questões agrícolas.

Questões relativas ao desapossamento e desapropriação por necessidade e utilidade públicas em zona rural, para imóveis de até três módulos rurais.



Maria fica por enquanto

Maria Luiza faz as pazes e fica no PT

Fortaleza — A crise no PT do Ceará acabou: a prefeita Maria Luiza Fontenele desistiu de abandonar o partido, depois de se reunir, por quase cinco horas, com a executiva regional do PT. Os dirigentes petistas aceitaram a ponderação de Maria Luiza pelo que trabalharam no sentido de que seja retirada a advertência feita, oficialmente, a ela e a seu principal assessor político, Jorge Paiva, pela executiva nacional petista, em função das denúncias do envolvimento de ambos no “caso dos coronéis”. De acordo com as denúncias Maria e Jorge, juntamente com outros dirigentes do PT, receberam dinheiro dos dois coronéis durante a campanha eleitoral do ano passado, para melhorar as candidaturas petistas e barrar o crescimento da candidatura de Tasso Jereissati.

Maria Luiza, que ainda está afônica, sem ter condições de falar — por isso ela se expressou na reunião através de bilhetes — disse, antes do início, que poderia chegar a um acordo com a direção do PT, fez questão de dizer que não havia tomado nenhuma decisão sobre sua saída ou não do partido embora seus assessores políticos, Jorge Paiva e Dimar Miranda, tivessem confirmado. Por isso, ela desautorizou que qualquer um dos dois falasse em seu nome. Na noite do dia anterior, ela confessou ao presidente em exercício do PT, José Nóbrega Guimarães, que não desejava se afastar do partido. Mas no mesmo instante, Paiva, acusado de ter provocado toda essa situação, afirmou, para militantes do PT, que Maria iria mesmo buscar outro rumo partidário por achar que o PT “não é um partido revolucionário”.

Os petistas acusam Jorge Paiva de manter o que consideram sectarismo do grupo político que sempre acompanhou Maria Luiza desde 78, quando ela cumpriu o seu primeiro mandato de deputada estadual.

Assembleia da Paraíba rejeita contas de Braga

João Pessoa — Numa das mais longas sessões já realizadas este ano, a Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou ontem, com 23 votos contra 11, o parecer do Tribunal de Contas do Estado, rejeitando as contas, relativas ao exercício de 1986, prestadas pelos então governadores Wilson Braga e Milton Cabral.

Durante toda a sessão ordinária, os deputados Pedro Adelson e José Lacerda, ocuparam a tribuna para criticar o Tribunal de Contas e se defenderem das acusações que lhes foram assacadas. O líder do governo, deputado Ramalho Leite, protestou dizendo que os dois oposicionistas estavam usando de chantagem emocional, quando a Assembleia Legislativa estava reunida para julgar as contas, através do parecer do TCE, dos ex-governadores Wilson Braga e Milton Cabral, e não dos deputados.

O líder do governo foi mais longe ao observar que os dois deputados oposicionistas estavam tentando, com seus discursos prolongados, desviar a atenção do plenário como se a votação que ocorreria momentos depois, tivesse o sentido de julgar os deputados, quando não era verdade.

Após mais de cinco horas de debates, o líder da bancada do PFL, deputado Fernando Milanez, fez a declaração de voto, em nome dos seis deputados presentes, favorável ao parecer do Tribunal de Contas, apoiando o voto da bancada do PMDB.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PMDB define prerrogativas

O líder da bancada do PMDB, deputado Luiz Henrique, reuniu-se durante mais de duas horas com os vice-líderes e coordenadores de bancadas com o objetivo de definir uma proposta da liderança para restabelecer certas prerrogativas da Câmara dos Deputados e agilizar o processo legislativo.

O líder da bancada disse que a liderança vai encaminhar a cada deputado do PMDB uma solicitação para que envie cópias de suas emendas sobre prerrogativas específicas da Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que constituiu uma comissão, composta dos deputados Ibsen Pinheiro, Generaldo Correia e Maguito Vilela, pa-

ra sistematizar as propostas existentes na Câmara de forma articulada.

ATRIBUIÇÕES

A comissão propôs a liderança um conjunto articulado de emendas a fim de que a Câmara dos Deputados conquiste seu papel no sistema bicameral praticado pelo País, o que equivale a atribuir à Casa certas prerrogativas específicas.

Luiz Henrique aventou a possibilidade de que a Câmara dos Deputados venha a homologar as nomeações do presidente e diretores do Banco Central, depois dos atos assinados pelo presidente da Repu-

blica, lembrando que o Senado já tem o poder de aprovar ou não as nomeações de embaixadores e ministros dos Tribunais Superiores, além de empréstimos internos e externos.

Por outro lado, caberá à comissão composta pelos vice-líderes Ibsen Pinheiro, Generaldo Correia e Maguito Vilela promover um levantamento das emendas apresentadas na Constituinte e relacionadas com as prerrogativas da Câmara dos Deputados para, com base nesse material, efetuar uma sistematização de modo que a liderança possa propor um conjunto harmonioso de sugestões a esse respeito.